

/ PALAVRA DO LEITOR

Comércio fechado

Se alguém pensava que a pandemia do coronavírus não era algo verdadeiro, eis aí a comprovação: Lojas Renner e McDonald's fecharam suas lojas físicas em todo o Brasil (**Jornal do Comércio**, página 6, edição de 20/03/2020). É um grande problema que não foi encarado pelos governos lá atrás. Só espero que, como na Itália, muita gente não vá morrer no Brasil, por conta da doença fatal. (Valéria Monteiro)



Transporte coletivo

Para mim, foi um erro a prefeitura de Porto Alegre diminuir os horários de circulação dos ônibus na cidade. Como a maioria dos que continuam trabalhando usam os coletivos - não os servidores públicos graduados nem os funcionários de empresas privadas, pois a maioria tem automóvel -, os mais prejudicados serão os trabalhadores de menos posses e que precisam ter ônibus da manhã à noite. Foi um erro da prefeitura e espero que o prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) volte atrás. (Gildo Iri-garay, Porto Alegre)

Restituição do IRPF

Quando tantas facilidades financeiras, com razão, estão sendo dadas às empresas a fim de que não ocorram demissões em massa, lembro que tem milhões de reais em restituições do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) ainda referentes a 2019 e anos anteriores que poderiam ser liberadas agora em abril. A maioria está na malha fina para apresentar recibos de baixos valores, de profissionais, mesmo com a declaração confirmando quem recebeu e quem pagou, meu caso. Seria uma injeção de dinheiro nestes tempos bicudos para todos. (Homero Carneiro Fontes)

Futebol

Grêmio e Internacional pagam centenas de milhares de reais aos seus atletas. A cobertura jornalística fala em futebol quando, na realidade, são apenas notícias do Grêmio e do Inter. O São José, aqui da Capital, sequer existe nas notícias. Agora, um time da dupla Grenal quer dinheiro do Banrisul para pagar folhas milionárias? Por favor. Vão se virar e baixar esses vencimentos astronômicos. (Amaro Mont Serrat Fontoura, Pelotas/RS)

Exagero

Concordo com aqueles que dizem que há exageros na divulgação sobre a pandemia do coronavírus. Sabemos que outras moléstias atacaram a saúde dos brasileiros nos últimos anos, como a H1N1, e não houve tanto alvoroço. O ex-secretário da Saúde do Rio Grande do Sul e deputado federal Osmar Terra também julga assim. Dou razão a ele, que também é médico. (Cristina de Mattos, Porto Alegre)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Dividindo a conta do coronavírus

Luiz Carlos Bohn

Como a imprensa tem noticiado de forma intensa, o combate à pandemia do coronavírus terá um custo econômico elevado. O governo está, com razão, aumentando fortemente os gastos na área da saúde, para cuidar de quem será infectado pelo vírus. Além disso, as medidas para minimizar sua disseminação estão provocando uma redução abrupta da atividade econômica, com impacto direto sobre a renda de milhões de pessoas.

A conta é muito alta e, por isso, faz sentido que seja dividida da forma mais justa e racional possível entre os membros da sociedade. No setor privado, sindicatos de empresas e de trabalhadores já estão trabalhando para dividir os custos da melhor forma. As empresas estão fazendo todo o esforço possível para seguir pagando salários, pois entendem que seus colaboradores, principalmente aqueles que ganham menos, precisarão de renda para arcar com suas despesas mensais. Por outro lado, trabalhadores sabem que se as empresas não sobreviverem, não existirão empregos e salários. Por isso, estão negociando reduções salariais associadas às reduções de jornada de trabalho.

No setor público, isso também precisa acontecer. Devemos lembrar que todo o recurso despejado pelo governo, seja em gastos diretos com saúde, seja em compensação de efeitos econômicos, será custeado, mais cedo ou mais tarde,

pelos contribuintes e pelos beneficiários de serviços públicos, que terão menos recursos no futuro. Em outras palavras, com o arranjo atual, o custo acabará concentrado nos mais pobres.

A negociação salarial, que já ocorre no setor privado, faz ainda mais sentido no setor público. Além de também ter de lidar com queda de receitas, o setor público paga salários muito mais altos, como demonstrou recentemente um estudo do Banco Mundial. Quem ganha mais e tem mais poupança deve ser chamado a contribuir, no mínimo, em igualdade. Ademais, o volume de recursos é estrondoso. Em 2019, os governos, nas três esferas de poder, pagaram quase R\$ 1 trilhão em salários.

Precisamos, assim, de um acordo político para aprovar imediatamente a PEC Emergencial. Ela fornece um mecanismo para que os governos reduzam salários de servidores, proporcionalmente à jornada de trabalho. Com isso, o setor público ganha fôlego para ajudar e a divisão da conta do coronavírus se torna um pouco mais justa.

Presidente da Fecomércio-RS

Imposto para idosos e crianças

Aírto Ferronato

Até a data limite para a declaração do Imposto de Renda (IR) 2020, pessoas físicas e jurídicas podem destinar parte do seu imposto devido aos fundos municipais do Idoso e da Criança e do Adolescente. O doador não paga nada a mais por isso e ajuda projetos sociais importantes para esse público, deixando na cidade um recurso que iria para a União. Quem tiver restituição a receber terá o valor destinado somado à restituição, e quem tiver imposto a pagar terá o valor abatido do imposto devido.

Em 2018, chegamos a arrecadar R\$ 18 milhões, um incremento gigantesco

Sou autor da lei que instituiu o Fundo Municipal do Idoso em Porto Alegre e me alegro ao ver o crescimento das doações, que beneficiam diferentes projetos voltados à terceira idade. Em 2009, antes da criação do mecanismo, os recursos destinados a políticas públicas envolvendo idosos não passavam de R\$ 10 mil. Com o fundo, em 2018, chegamos a arrecadar R\$ 18 milhões, um incremento gigantesco. No entanto, ainda há margem para ampliar significativamente os recursos com a doação através do IR.

Hoje, na Capital, há cerca de 20 instituições entre hospitais, asilos e entidades culturais e recreativas com projetos para a terceira idade aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso (Comui). Todas elas desenvolvem trabalho de relevância para a saúde, autonomia e qualidade de vida dos idosos da nossa cidade e podem expandir sua atuação com o incremento de receita.

Para realizar a doação, pessoas físicas devem fazer a declaração no modelo completo. Do limite de 6%, a Receita permite a destinação de até 3% para cada fundo. Já as pessoas jurídicas podem deduzir até 1% do Imposto de Renda devido em cada período de apuração. A doação é realizada diretamente no programa do IR, onde o contribuinte deve conferir o valor de seu imposto devido; selecionar a opção "Doações Diretamente na Declaração"; clicar no botão "Novo" e escolher o fundo para o qual deseja doar, informando o valor. Depois de selecionada a doação, o sistema emitirá um Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), que deverá ser pago até 30 de abril.

Contribua para os fundos municipais do Idoso e da Criança e do Adolescente e ajude a construir uma cidade melhor para a infância, a juventude e a terceira idade.

Vereador em Porto Alegre (PSB)